

REFLEXÕES SOBRE PRÁTICA DOCENTE NA PERSPECTIVA DA EQUIDADE E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

REFLECTIONS ON TEACHING PRACTICE FROM THE PERSPECTIVE OF SEXUAL AND GENDER EQUITY AND DIVERSITY

Pedro Paulo Souza RIOS

<peudesouza@yahoo.com.br>

Doutor em Educação, área de concentração em Educação, Comunicação e Diversidade, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Professor da Universidade Estadual da Bahia (UNEBB – Campus VII)

Professor da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação – PPGÉ, da UEFS

<http://lattes.cnpq.br/4706453501967580>

<https://orcid.org/0000-0001-7981-9091>

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir de que maneira práticas pedagógicas, na perspectiva da diversidade sexual e de gênero, interferem no processo de formação docente, a partir dos pressupostos teóricos da pesquisa qualitativa. No tocante ao método optei pelas narrativas (auto)biográficas, por entender que o mesmo possibilitaria captar melhor as narrativas inerentes a vivências das subjetivações de gênero, sexualidade e diversidade sexual dos/as entrevistados/as, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista narrativa. A pesquisa contou com a colaboração de sete egressos/as e estudantes do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus VII da Universidade do Estado da Bahia. A partir das análises é possível inferir que se faz necessário pensar a formação docente de maneira que assegure efetivamente a problematização de temas relacionados às questões de gênero, sexualidades, diversidades sexuais, étnicas, geracionais, dentre outras. É preciso ressaltar ainda que pesquisar sobre gênero e diversidade sexual se constitui enquanto desafio, tanto por parte dos/as colaboradores/as, quanto por parte dos/as pesquisadores/as, se considerarmos o caráter transformador que um estudo com essa dimensão pode suscitar na comunidade acadêmica, na sociedade e de maneira mais direta na vida de pessoas LGTBTTQIA+.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; diversidade sexual; docência LGTBTTQIA+.

ABSTRACT

This study aims to reflect on how pedagogical practices, from the perspective of sexual and gender diversity, interfere in the process of teacher education, based on the theoretical assumptions of qualitative research. Regarding the method, I opted for (auto)biographical narratives, as I understand that it would make it possible to better capture the narratives inherent to the experiences of the subjectivity of gender, sexuality and sexual diversity of the interviewees, using the interview as a data collection instrument narrative. The research had the collaboration of seven graduates and students of the Licentiate Degree in Pedagogy at Campus VII of the State University of Bahia. From the analysis, it is possible to infer that it is necessary to think about teacher education in a way that effectively ensures the problematization of issues related to gender, sexuality, sexual, ethnic and generational diversities, among others. It is also necessary to emphasize that researching about gender and sexual diversity is a challenge, both on the part of the collaborators and on the part of the researchers, if we consider the transformative character that a study with this dimension can evoke in the academic community, in society and more directly in the lives of LGTBTTQIA+ people.

KEYWORDS: Teacher training; sexual diversity; LGTBTTQIA+ teaching.



Quando meu pai saía de casa para trabalhar fora eu fazia da marcenaria dele uma escola. Chamava todos as crianças da vizinhança. Já me achava o sabido. Nesta época já sabia ler e, portanto ia ser o professor [...]. Eu brincava de dar aula, era o professor [...]. Gostava de estudar. Isso acabou me marcando muito (SILVA, 2019)

TECENDO O OBJETO DE ESTUDO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Discorrer acerca das minhas trajetórias de vida e formação buscando compreender como venho me constituindo enquanto professor não pressupõe uma tarefa fácil, já que para pensarmos a docência faz-se necessário certo grau de circunspeção, ou seja, um olhar atento e cuidadoso às diferentes nuances inerentes aos processos identitários que foram/vão me forjando professor. Esse cuidado se estabelece enquanto premissa fundante, por estar adentrando num campo teórico e prática imbuído de fricções, por ser esse um campo reflexivo tênue e complexo, simultaneamente.

Buscando compreender a gênese da docência em minha vida recorro a escrita de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no Departamento de Educação (DEDC), Campus VII da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em 2019, cujo título é: “A docência é a minha cachaça! É aqui onde eu me embriago...’: narrativas de vida, formação e atuação profissional do Professor Pedro Paulo” (SILVA, 2019).

Acerca da escrita desse TCC considero pertinente fazer alguns esclarecimentos. Certo dia uma estudante do último semestre do curso de Licenciatura em Pedagogia me procurou para conversar sobre o tema de seu TCC, informando que seria sobre formação docente e que gostaria de escrever sobre minha trajetória profissional. Inicialmente fiquei assustado, pois não tinha noção da admiração dessa aluna pelo trabalho docente desenvolvido por mim. Após conhecer a proposta de pesquisa acabei, com algumas ressalvas, aceitando.

O fragmento narrativo descrito acima foi extraído de uma das entrevistas para coleta de dados, a serem analisadas posteriormente no referido TCC. Na época não havia lido o texto, tentei algumas vezes, mas era desconcertante ler um artigo cujo objeto de análise era minha própria trajetória. Só agora, dois anos depois, durante o processo de escrita desse artigo, buscando



compreender como me constituo enquanto professor, é que consigo fazer a leitura, contudo, ainda é perturbador. Porém, agora a faço como um ritual para rememorar, como uma espécie de “hypomnémata”, “que poderia consultar a cada tanto, caso se apresentasse a ocasião. Eles estão destinados a substituir a recordação eventualmente débil” (FOUCAULT, 2009, p. 221). Assim, o ato de rememorar se configura num conjunto de saberes que me constitui enquanto sujeito em meus processos de subjetivação, interligados à minha prática pedagógica, social e política.

Ao narrar, conforme excerto acima: “[...]. “Chamava todos as crianças da vizinhança. Já me achava o sabido. Nesta época já sabia ler e, portanto ia ser o professor [...]. Eu brincava de dar aula, era o professor” (SILVA, 2019), entendo, que de alguma maneira o que pretendo é reivindicar uma escrita a partir daquilo que fui, por meio do direito à memória, o direito ao passado, que me constitui enquanto docente no presente.

Ao escrever sobre a docência a partir do prisma da equidade de gênero o risco mais latente consiste em querer delinear um *script*, prescrevendo um modelo de atuação profissional, de como o sujeito deve constituir-se professor/a e, pensar a por essa ótica é de certa maneira relegar a docência ao insucesso, considerando que o fazer pedagógico é inevitavelmente inerente às memórias e as trajetórias formativas de cada um/a.

Tal afirmação está calcada no fato de que existem múltiplas perspectivas por meio das quais podemos conduzir os processos formativos, principalmente por reconhecer que o máximo a ser feito, especialmente nos cursos de formação docente, é o fornecimento cauteloso e criterioso de elementos, teóricos e práticos, para que os/as docentes em formação identifiquem, no seu processo de formativo e, por meio da experimentação da vida em seus acontecimentos (BÁRCENA ORBE, 2004), outras possibilidades de exercício da docência em consonância com o respeito às diversidades.

De acordo como os dados do Atlas da Violência 2021 no Brasil, a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexo, conhecidos/as como pessoas que formam a categoria social LGBTTQIA+ é um fenômeno histórico (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021). As mais variadas formas de violências direcionadas a nós, que nos reconhecemos



LGBTQTIA+, requerem necessariamente uma formação pautada na observância dos Direitos Humanos e, conseqüentemente uma atuação profissional que respeite a diversidade.

Rios e Dias (2019), ressaltam que as escolas precisam rever suas práticas pedagógicas relacionadas às questões de diversidade sexual e de gênero, sinalizando que há uma tentativa de silenciamento das subjetivações de gênero e sexualidade contrárias a heteronormatividade.

Assim, acredito ser necessário reconhecer que os processos identitários contemporâneos passam constantemente por alterações, exigindo da comunidade escolar posturas condizentes com as mesmas. Sobre isso Gatti (2013), resalta que os sujeitos que frequentam a escola contemporânea não tem o mesmo perfil social, cultural, de gênero, raça e etnia de décadas anteriores. O que pressupõe repensar e reestruturar o currículo, por entender que é a partir dele que se estabelecem as relações inerentes às subjetivações de gênero e suas intersecções entre docentes e docentes, docentes e discentes, docentes, discentes e a comunidade escolar.

Entendo, portanto, que a prática pedagógica docente está imbuída dos seus processos identitários e esses, por sua vez, em maior ou menor proporção, corroboram com os elementos que nos constituem enquanto docente. Partindo de tais pressupostos, o presente estudo tem por objetivo refletir de que maneira práticas pedagógicas, na perspectiva da diversidade sexual e de gênero, interferem no processo de formação docente.

Narrativas (auto)biográficas, de abordagem qualitativa foram utilizadas com o intuito de atingir o objetivo proposto, por entender que a construção da narrativa, bem como sua leitura, reflexão e análise, abarcam potencialidades inerentes ao desenvolvimento pessoal e profissional.



O ATO DE NARRAR-SE ENQUANTO MÉTODO DE PESQUISA

Comumente o termo narrativa é atribuído como sinônimo de história. Sob essa perspectiva, a narrativa se apresenta enquanto relato de experiências que envolvem seres humanos. Quando analisado a partir do viés acadêmico, tal conceito é associado geralmente à estrutura, ao conhecimento e às capacidades necessárias para a construção de uma história, entendida como instrumento de pesquisa utilizada para favorecer a compreensão das experiências humanas, sejam elas de cunho individual ou coletiva.

Clandinin e Connelly (2015, p. 18), defendem que: “uma verdadeira pesquisa narrativa é um processo dinâmico de viver e contar histórias, e reviver e recontar histórias, não somente aquelas que os participantes contam, mas aquelas também dos pesquisadores”. Nesse tipo de pesquisa compete ao/a pesquisador/a analisar os textos e, por meio desse processo, criar novos. Em educação, a narrativa se configura na possibilidade de recriação das experiências educativas.

No que concerne aos fundamentos metodológicos entendemos que a pesquisa é de caráter qualitativo. A metodologia utilizada foi a pesquisa (auto)biográfica, no campo educacional, por se configurar enquanto estratégia de formação inerente ao desenvolvimento profissional.

De acordo com Delory-Momberger (2012, p. 82), “[...] a narrativa não é apenas o produto de um ‘ato de contar’, ela tem também um poder de efetuação sobre o que narra”, uma vez que as partes narradas se constituem no todo narrado, revelando a maneira como cada pessoa vivencia determinadas experiências.

Souza (2006, p. 69), afirma que “Através da abordagem biográfica o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes”. Trazendo sentimentos, memórias e, sobretudo, embasamento teórico que faz parte do discurso do/a entrevistado/a, como também do/a investigador/a na interpretação desse discurso.

As narrativas (auto)biográficas em educação permitem ainda buscar a compreensão de si mesmo/a, enquanto autoconhecimento. Nesse sentido Souza (2014, p. 72), afirma que escrever a narrativa (auto)biográfica permite a "auto-escuta de si mesmo, como se estivesse contando para



si próprio suas experiências e aprendizagens que construiu ao longo da vida, através do conhecimento de si". Esse olhar para si e avaliar-se colabora no processo formativo de ressignificar o que foi vivido.

Para a escrita desse texto recorri a narrativas de estudantes e egressos/as do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus VII da UNEB. Solicitei que discorressem sobre as presenças/ausências de discussão acerca das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual, no processo de formação docente. A escolha pela narrativa enquanto instrumento de coleta de dados, se deu por entender ser esse um meio eficaz, no sentido de assegurar maior liberdade aos/as entrevistados/as para expressar seus pontos de vista em relação a temática proposta.

Salientamos que por conta do isolamento social em decorrência da Pandemia do Coronavírus, o contato com os/as entrevistados/as se deu pelo aplicativo de voz WhatsApp, no período de maio a julho de 2021. O primeiro contato foi em função do convite para participar da pesquisa. Estabeleci como critério ser, ou ter sido estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia, por ser o curso onde tenho contribuído de maneira mais direta no processo de formação docente. Além desse critério, busquei ouvir estudantes que durante a formação assumiram diferentes identidades de gênero, conforme descreverei posteriormente.

Após terem aceitado participar, encaminhei o Termo de Livre Consentimento (TLC, via e-mail, para que assinassem e devolvessem. No contato seguinte, via WhatsApp, solicitei que falassem sobre as presenças/ausências de discussão acerca das questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual durante o processo formativo.

A seguir farei uma breve apresentação de cada um/a dos/as participantes. No que se refere o direito ao anonimato dos/as entrevistados/as da pesquisa, optamos por preservar e, para identifica-los/as irei nomeá-los/as com o nome de plantas típicas da região semiárida, escolhida pelos/as entrevistados/as durante a pesquisa.

Juazeiro tem 32 anos, se reconhece enquanto gay, é licenciado em Pedagogia, professor da Educação Básica Pública e reside em Senhor do Bonfim – Bahia. Em sua narrativa, ao se apresentar ele se definiu da seguinte maneira: “Sou um gay e me reconhecer enquanto homem gay em uma cidade do interior já é, por si só, desafiador. Um desafio que precisei e ainda preciso encarar



de frente” (informação verbal)¹. A fala de Juazeiro de alguma maneira já sinaliza os desafios a serem superados por aqueles/as que borram as normas de gênero, especialmente em cidades menores, onde o preconceito é mais latente. De acordo com Rios e Dias (2019), assumir diferente é permanecer em permanente estado de trincheira, colocar-se o tempo inteiro em situação de alerta.

Jitirana tem 31 anos é licenciada em Pedagogia, mestranda em Educação, residente em Feira de Santana – Bahia e se reconhece enquanto: “Corpo território, travestir, feminino, negra e do Semiárido, que foi e, é atravessado pelo sistema cis heteronormativo durante todo processo de escolarização” (informação verbal)². É possível perceber que o processo de reconhecimento de Jitirana é perpassado pela ausência de referências acerca de sua identidade de gênero. Rios (2021), salienta que a populações LGBTTQIA+ não é representada nos textos discutidos em sala de aula, nas imagens trabalhadas ou nos recursos pedagógicos utilizados pelos/as professores/as.

Umbuzeiro tem 22 anos é estudante do curso de licenciatura em Pedagogia, mora em Feira de Santana e se reconhece enquanto homem trans. Ao se apresentar ele contou que: “Ainda estou no processo de reconhecimento da minha identidade de gênero. Tem sido difícil, mas a universidade tem ajudado bastante nesse reconhecimento” (informação verbal)². Consideramos importante salientar que Umbuzeiro é o primeiro estudante trans a ingressar no Campus VII pela política de cotas para pessoas transexuais da UNEB, de acordo com a Resolução nº 1.339/2018, Publicada no D.O.E. 28-07-2018, p. 32, que assegura em seu Art. 2º, parágrafo VI “5% (cinco por cento) de sobre vaga para candidatos(as) transexuais, travestis ou transgêneros” (UNEB, 2018, p. 2).

Velame tem 23 anos, é mãe solo, licenciada em Pedagogia, reside em Senhor do Bonfim – Bahia, atualmente está cursando mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos e se reconhece como mulher negra e heterossexual. Ressalta ela: “Me reconheço enquanto mulher negra, heterossexual e feminista e só pelo fato de pensar pela ótica feminista já me colocam como transgressora das normas” (informação verbal)². Considerando o fragmento narrativo de Velame é possível dizer que mesmo aquelas pessoas que estão, do ponto de vista das identidades sexual e

¹ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.

² Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.



gênero, dentro das normas socioculturais vigentes, ao se posicionarem em defesa da equidade, correm o risco de serem tomadas como transgressoras.

Cambuí reside no município de Itiúba – Bahia, tem 37 anos, negro casado, pai, poeta, estudante do curso de licenciatura em Pedagogia. Ao se apresentar ele argumenta: “[...]. Me reconhecer enquanto homem, hetero, negro, da periferia me coloca, em todos os sentido em um lugar de vulnerabilidade social, por se tratar de questões identitárias, assim como as questões de gênero e sexualidade” (informação verbal)³. Considerando o fragmento narrativo de Cambuí é possível perceber a indissociabilidade que perpassa as teorias identitárias. A partir dessa perspectiva entendo que ao pensar a pesquisa a partir da interseccionalidade gênero, sexualidade, raça e etnia o objeto em análise se expande em complexidade.

Licuri tem 27 anos, é solteira, moradora da roça, no município de Senhor do Bonfim – Bahia, estudante de Pedagogia. Ao se apresentar ela salientou que: “O fato de ser mulher cis não diminui a vulnerabilidade social a qual todas as mulheres têm sido historicamente expostas” (informação verbal)³. De acordo com Louro (2007), a sociedade brasileira precisa repensar a maneira como as mulheres tem sido subjugadas, tomadas como de menor valor por conta da sua condição de gênero.

Cassutinga se reconhece enquanto mulher, preta e lésbica. Tem 34 anos de idade, é estudante de Pedagogia e reside em Senhor do Bonfim – Bahia. Ao se apresentar ela relata que: “Entrar na universidade, para cursar o nível superior é um sonho pra mim, mas confesso que tenho alguns receios por conta da minha orientação sexual” (informação verbal)³.

Ao afirmar que tem “receios”, necessariamente por conta da sua orientação, Cassutinga acaba por expressar algo que tem sido recorrente nas instituições de ensino, ou seja: a permanente vigilância dos corpos que ao transgredirem as normas sexuais e de gênero estabelecidas serão punidos (FOUCAULT, 1988). Nesse contexto, o receio, o medo, o silêncio e o armário parece ser a tônica das relações estabelecidas nos espaços escolares, quando tais questões não são colocadas enquanto práticas de currículos a serem refletidas.



IMPLICAÇÕES COM O OBJETO DE ESTUDO: COMO ME APROXIMO DOS ESTUDOS DE GÊNERO, DIVERSIDADE SEXUAL E SUAS INTERSECÇÕES

Antes de me debruçar propriamente nas análises das narrativas inerentes as presenças/ausências de um discurso de gênero, sexualidade e diversidade sexual na formação docente, considero importante demarcar de que lugar estou falando no processo de constituição docente que versa sua prática pedagógica a partir das questões LGBTTQIA+.

A década de 1980, na América Latina, ficou conhecida como “a década perdida³”, no campo da economia. Contudo, sob o prisma político, social e cultural, essa foi literalmente uma década de grandes ganhos. É nesse período que se formaram inúmeras entidades, movimentos sociais e partidos políticos, decorrentes das maiores mobilizações sociais de toda a história brasileira, além da abertura de um novo momento histórico para o país: o fim da ditadura e a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, se configurando no período de maior efervescência do Movimento Feminista no Brasil e na América Latina.

No Nordeste Brasileiro a mobilização, no sentido de pensar a sociedade brasileira, pós-ditadura militar, vai acontecer a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's)⁴. Foi nos espaços de reflexão organizados pelas comunidades de base, onde participei das primeiras discussões sobre o direito das mulheres, equidade de gênero, sexualidade, igualdade racial e étnica, dentre outras (GEBARA, 2007).

É em meio a toda essa incandescência social, que no início da década de 1990, ainda na adolescência, faria as primeiras experiências com os movimentos sociais, ao participar da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), grupo de jovens vinculado a Igreja Católica.

A inserção no movimento sócio-ecclesial, suscitava indagações do tipo: por que apenas minha mãe e minhas irmãs cuidam dos afazeres domésticos, mesmo tendo que trabalhar fora de

³ Os analistas econômicos da conjuntura brasileira consideram os anos 80 como a "década perdida" em termos de crescimento. A área social sofreu diretamente os reflexos do comportamento negativo da economia nacional; acrescenta-se a esse quadro a herança de desigualdades sociais do "milagre econômico brasileiro" (MALLMANN, 2008).

⁴ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) têm uma importância histórica muito significativa no Brasil. As consequências sociais e políticas destes grupos vinculados à teologia da libertação são muito relevantes. Em boa parte das CEBs, a legitimidade e inspiração teológica eram buscadas na Teologia da Libertação, segundo a qual deve haver uma necessária relação entre a teologia e contextos socioeconômicos (TEIXEIRA, 2002).



casa e meu pai e irmãos não participava na divisão das atividades domésticas? Por que só o padre preside a celebração? Por que só tem prefeitos e não prefeitas? Por que as mulheres sendo maioria são minorias nos espaços de decisão?

No espaço familiar, tais indagações se desencadearam no efetivo exercício de atividades consideradas femininas, assumindo efetivamente os afazeres domésticos, causando estranhamentos em meus irmãos. Formados/as em um contexto social específico, fui educado a considerar como natural aquilo que é entendido como sendo exclusivo do masculino ou do feminino. Muitas vezes, tais percepções acabam funcionando como evidências incontornáveis por serem consideradas como sendo de ordem biológica. Assim, ser homem ou mulher não se restringe necessariamente à condição do ser macho e do ser fêmea, mas ultrapassam essas fronteiras. Tratam-se, com efeito, de construções sociais e culturais de grande complexidade, modeladas por regras e códigos simbólicos meticulosos (BUTLER, 2002, p.75).

Anos mais tarde comecei a militância no movimento pastoral e social, vinculados aos princípios da Teologia da Libertação. Nesses espaços passei a ter contato com as primeiras discussões que diziam respeito às relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres, algo mais próximo aos movimentos feministas, sendo muito mais uma reivindicação dos direitos das mulheres do que um estudo aprofundado político e socialmente sobre as causas que geravam e legitimavam essas desigualdades. Anos depois começo a pensar sobre relações de gênero, onde a discussão vai transcorrer em torno da relação estabelecida historicamente entre homens e mulheres nos processos sociais.

Desde então pautei minha formação subjetiva/pessoal, acadêmica/profissional nos princípios da equidade, considerando que as diferenças biológica, social, cultural, econômica, religiosa e de gênero enquanto práticas cotidianas “[...] são resultantes de relações sociais, e, por isso, suas consciências estão alienadas” (CAETANO, 2016, p. 19), e ao indagar a respeito de tais construções, evidenciando uma norma pautada exclusivamente na heteronormatividade e, ocorrendo um borramento de gênero.

Com o intuito de compreender melhor essa dinâmica, entre 2010 e 2014, período em que retorno à universidade para cursar Licenciatura em Pedagogia, após ter concluído Licenciatura



em Filosofia em 2004, optei por fazer um recorte epistemológico a partir das relações de gênero, estabelecidas no Semiárido Brasileiro, considerando a quase total invisibilidade da temática nas produções acadêmicas, sendo, portanto, de grande relevância social na concepção e constituição de relações sociais fundamentadas na equidade de gênero. Esse distanciamento e, conseqüente, retorno à vida acadêmica possibilitou o amadurecimento de algumas inquietações inerentes à sexualidade humana, sendo esse um elemento que desde muito cedo suscitou muitas indagações em torno da constituição da identidade sexual.

Ao concluir a graduação em Pedagogia a possibilidade de continuar a pesquisa a partir dos estudos de gênero me instigava. Ingressar no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA), da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), possibilitou elaborar um projeto, que discorresse acerca das questões de gênero no Semiárido, iniciando, portanto, a pesquisa acerca dessa temática e suas intersecções com a escola.

Em 2016, ao ingressar como docente do Campus VII da UNEB, em parceria com outros/as professores/as, criamos o Grupo de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidades Sertanejas (GENESES-Sertaneja), com o intuito de fomentar o estudo e a pesquisa em torno da temática das relações de gênero e sexualidade e educação no Semiárido.

Em relação a fundação do Grupo, considero importante salientar alguns elementos que nortearam/norteiam minha prática docente a partir das questões de gênero: o primeiro elemento diz respeito a publicização da minha homossexualidade e, o desejo querer vivê-la em todas as suas nuances no exercício profissional. Ser professor homossexual, reconhecer-me homossexual, fez emergir os sentimentos e sonhos de outras tantas pessoas.

Para Mott (2003), a importância de estudar sobre a homossexualidade na realidade brasileira é ter a possibilidade de desvendar as raízes do preconceito em nossa sociedade, contribuindo para erradicar a intolerância e a crueldade contra a categoria; o segundo elemento se refere ao fato de repensar o papel da escola e do/a docente sobre as questões de gênero, sexualidade, homossexualidade, por considerar que os conteúdos abordados são desafios que devem ser adotados pelas instituições de ensino visando contribuir com a formação equitativa pautada no respeito às diferenças.



A universidade, enquanto espaço de formação, é perpassada por conflitos, contradições e confrontos. O espaço acadêmico se constitui enquanto lugar potencializador, tanto no sentido de perpetuar preconceitos, quanto no sentido desconstruí-los. Entendo que esse espaço produz e reproduz violações de direitos e violência contra as pessoas LGBTTQIA+, ao tempo em que também se constitui espaço privilegiado de reflexão, troca de conhecimentos e experiências de vida e de novas aprendizagens.

Em 2017 ao ingressar no Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), busquei levar em consideração minhas trajetórias de formação, enquanto professor-gay. Nesse momento, já era possível constatar que a pesquisa iria contribuir na área da educação, ao apresentar um trabalho investigativo que se configurou enquanto ato político, considerando sua relevância social, nos estudos de gênero, além de propor uma aproximação entre a academia, por meio da produção e sistematização do conhecimento, com a escola, considerando as nuances nos processos pedagógicos de construção-desconstrução-reconstrução de diferentes aprendizagens.

EQUIDADE DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL: “ESSES SÃO ASSUNTOS QUE ESTÃO DENTRO DA ESCOLA E NÃO TEM COMO FINGIR QUE NÃO ESTAMOS VENDO”

Nas últimas décadas estudos sinalizam que a violência contra pessoas LGBTQI+ no Brasil tem se constituído num fenômeno histórico – (SEFFENER, 2009), (JUNQUEIRA, 2013), (RIOS; DIAS, 2019) – podendo ser classificada em: violência simbólica/subjetiva e corporal/objetiva, ambas com o intuito de silenciar toda e qualquer possibilidade de manifestação das diferenças, inerentes aos estudos identitários.

A violência simbólica/subjetiva se manifesta enquanto égide compulsória de um modelo familiar patriarcal, cis, heterossexual, que busca anular as identidades gênero e sexualidade que se reconhecem fora desse modelo. Aqueles/as que não se enquadram dentro dos padrões da heteronormatividade serão considerados/as como estranhos/as, desviantes e, portanto, passíveis de punição (RIOS, 2021). A violência simbólica deslegitima veementemente, por meio de



xingamentos, exposição pública e olhares de censura, toda expressão que manifeste o direito às subjetivações identitárias de gênero, sexualidade, orientação, étnicas, geracionais e territoriais.

A violência corporal/objetiva, como o próprio conceito sinaliza, se dá de maneira mais direta, marcando de forma mais incisa o corpo, se materializando muitas vezes por meio do abandono familiar, de amigos/as e social, podendo ser reverberizado em espancamentos, que por vezes acabam por delinear os modos de ser e viver de pessoas LGBTTQIA+. Em última instância esse tipo de violência se desencadeia em assassinatos.

Ressalto, no entanto, que tanto a violência simbólico/subjetiva, quanto a corporal/objetiva tem por objetivo o silenciamento das identidade de gênero e sexualidade dissidentes (COLLING, 2018), em defesa de um modelo calcado na cis heteronormatividade, como sendo a única maneira de expressão de subjetivação humana.

Partindo de tais pressuposto, entendo que compete a escola, por se constituir enquanto instituição responsável pelos processos formativos humano, social e cultural dos/as estudantes, pensar e desenvolver práticas pedagógicas que busquem problematizar o respeito a diversidade sexual e a equidade de gênero. Nessa perspectiva, Licuri, em sua narrativa ressalta:

Entendo que é no espaço educacional onde devem ser abordados os mais diferentes assuntos que afetam nosso cotidiano, do nossa história enquanto humanidade e das mais diferentes áreas do conhecimento, por isso falar sobre gênero e sexualidade na formação docente é de suma importância, pois há uma luta intensa dos movimentos sociais, principalmente dos movimentos feministas para inserção dessa discussão nos diferentes ambientes, na busca pela equidade, garantia de direitos e de respeito às diferenças. (informação verbal)⁵.

A partir do fragmento de Licuri, compreendo que discorrer acerca de tais temáticas contribui significativamente para o desvelamento de silenciamentos impostos historicamente às mulheres, bem como às pessoas LGBTTQIA+, no sentido de elucidar elementos relacionados aos corpos que adentram, permanecem ou são expulsos dos espaços educativos, fomentando outros discursos sobre os corpos abjetos. Dessa maneira, faz-se necessário repensar o currículo escolar que

⁵ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.



vem sendo executado tanto na formação de professores/as, quanto na educação básica. Sobre isso Velame, argumenta:

Costumo dizer que no início a minha formação em pedagogia deixou a desejar, pois entendo que essas questões precisavam ser discutidas logo no início do curso, até mesmo para termos uma visão mais ampla, exatamente por acreditar que discutir essas questões é uma transgressão no sistema, na nossa cultura, no nosso jeito pensar as relações, as sexualidades, as identidades de gênero e sexualidade. Por isso acredito que a formação acadêmica tem o dever de causar essa transgressão, digamos que outras transgressões estejam mais presentes, porém penso que na perspectiva de gênero e sexualidade ainda é tímida, dificultando uma ação mais enérgica na educação básica, já que não temos uma formação, digamos, adequada. (informação verbal)⁶.

A formação docente precisa suscitar a reflexão acerca da sexualidade binária, enquanto “[...] efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero” (BUTLER, 2002, p. 25), entendido no senso comum como algo que antecede ao discurso de gênero se apresenta, nesse contexto, desconstruído do que se concebeu como masculino e feminino compreendido enquanto aparato para a manutenção binária do gênero. Acerca do excerto narrativo de Velame, é importante ressaltar que tal reivindicação se configurou enquanto um direito exigido por parte dos/as estudantes em diferentes momentos da formação, se reverberando na implantação de um componente curricular obrigatório no curso de Licenciatura em Pedagogia, sendo ofertado pela primeira vez esse semestre e ministrado por mim.

Conforme salientamos, Umbuzeiro, ingressou na universidade pelo política de cotas para pessoas transexuais. Em sua narrativa ele enfatizou a importância de se ter um componente curricular que suscite essas reflexões durante a formação docente.

É importante que a discussão sobre gênero e sexualidade esteja presente em nossa formação, pois essas questões tratam de temas que ainda possui uma carência de conhecimento e entendo que é a partir de discussões sobre gênero e sexualidade que a gente consegue enxergar de outra maneira. [...]. Penso ainda que só a partir dessa formação é que poderemos diminuir o preconceito existente na sociedade e, conseqüentemente nos espaços educativos. Muitas vezes é por não conhecer que acabam julgando a gente. Por isso é de extrema importância que os cursos de formação docente discuta essas questões. As escolas e as universidades precisam



tratar mais desses assuntos, para que a gente possa entender a importância do respeito às diferenças. (informação verbal)⁶.

Legitimar, ampliar e assegurar os espaços de reflexão é importante para os estudos de gênero. A formação docente, enquanto espaço de reflexão, sistematização, construção e reconstrução do conhecimento, torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade, provocando os/as agentes do fazer pedagógico a pensarem sobre a construção das estranhezas a partir de seus corpos.

De acordo com Butler (2013, p. 154), o sexo como norma regulatória proporciona sua materialização no corpo, produzindo “[...] a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”. Nesse sentido, consideramos que a formação de professores/as na perspectiva da diversidade sexual e de gênero, dificulta a reiteração dessas normas nas práticas pedagógicas. Para Jitirana:

Adentrar a academia, para um corpo travestir e dissidente como o meu, não é algo simples, não é algo meritocrático, mas é antes de tudo um ato revolucionário onde todas as pessoas dissidentes e, no meu caso travestir, quando consegue adentrar esse espaço acaba por subverter todas as normas, todas as possibilidades de apagamento que o sistema cis heteronormativo nos direcionam por toda nossa vida. Então adentrar esse lugar pressupõe quebrar os concretos da centralidade e, ao sair da margem e romper com esses muros da centralidade, onde a academia está inserida, a gente acaba resignificando as práticas pedagógicas. Mas, é importante que se diga que esse processo de resignificação é muito árduo.

Então quando a gente fala da importância de se ter pessoas que levantem a discussão em torna das dissidências, de se ter um componente curricular, ou até professores/as que discuta as questões de gênero, diversidade e sexualidade, principalmente no processo de formação docente, nós não estamos falando apenas da importância de se falar sobre sexualidade e gênero para representar um corpo travestir, para representar um corpo LGBTTQIA+, também para isso, mas é sobretudo para que consigamos entender a construção histórico e social dos papéis e do sistema colonizador que colocou e coloca esses corpos, que são dissidentes, em um lugar de servidão, por representar, segundo esse sistema colonizador, uma inferioridade bionatural, psíquica, religiosa. Então, ter professores/as que evidenciem tais questões pressupõe dizer que estamos construindo novos caminhos rumo a uma reparação histórica. Para que consigamos entender, sentir, naturalizar e vivenciar a diversidade da humanidade, compreendida em suas

⁶ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.



múltiplas sexualidades e seus diferentes gêneros e nas várias formas de expressar essas identidades sexuais e de gênero. (informação verbal)⁷.

A norma se sente ameaçada pelos corpos abjetos que ela mesma cria e, o processo de homogeneização se vê atravessado e desestabilizado pela diferença desses docentes que rompem com a padronização de gênero e se colocam enquanto corpos “subversivos”, que não reconhecem a margem como lugar natural a ser ocupado por eles. A partir das aulas e da participação em outros espaços de formação é possível evidenciar maior resistência a um modelo heteronormativo, é importante que aconteça discussão e momentos de reflexão, com o objeto de assegurar esse deslocamento.

Tendo por base o fragmento narrativo de Jitirana, é possível compreender que as vivências que não se adequam nas normativas sociais estão presentes na sociedade contemporânea, coexistindo e sendo perpassadas por discursos de exclusão. Esses discursos aprisionam sujeitos que seguem uma lógica de diferenciação entre masculino e feminino, hierarquizando os sexos e determinando a supremacia do masculino sobre o feminino (BUTLER, 2014; FOUCAULT, 2014).

Desconstruir essa lógica binária que exerce, através da exclusão, controle e poder sobre a sociedade, seria uma possibilidade de transformar uma realidade que gera opressão e violência. Assim, problematizar acerca da veracidade de tal lógica tem se constituído uma ação do currículo do curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus VII da UNEB. Conforme salientou Cassutinga:

Apesar do pouco tempo no curso tenho percebido que é muito importante ter essa referência no curso de graduação. Quando a gente entra fica meio receosa, até mesmo por ser lésbica e não saber como essas questões são vistas pela universidade, então ter professores/as como referências serve como um estímulo pra gente. Faz a gente acreditar que é possível ser diferente, agir diferente e que a diferença não é errada, só é diferente. [...]. Por isso acredito que já ter essa formação logo no início do curso sobre direitos humanos, gênero, sexualidade, diversidade, respeito às diferenças, faz toda diferença, tanto para mim enquanto mulher lésbica, quanto para quando estiver em sala de aula. (informação verbal)⁸.

⁷ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.

⁸ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.



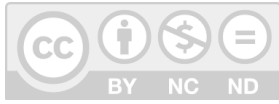
Considero importante salientar que Cassutinga faz parte da primeira turma de Pedagogia onde está sendo executada a proposta curricular atualizada, por isso é possível evidenciar que uma formação pautada na perspectiva das teorias identitárias será preponderante para o/a docente em formação. Dessa maneira, ao elaborar uma agenda que contemple a reflexão das questões de gênero, docentes e estudantes, estarão melhor preparados/as para avançar em referenciais teóricos, propostas metodológicas e práticas educativas que respeitem as diferenças.

Em meio a tudo isso não podemos nos desvencilhar do fato de que as dúvidas relacionadas as questões de gênero, sexualidade, diversidade sexual, dentre outras, estão chegando cada vez mais cedo a escola. É possível dizer que são temas que estão postos na pauta da agenda escolar contemporânea, ainda que muitas vezes sejam silenciadas.

Sobre isso Juazeiro ressalta: “Acredito que esses são assuntos que estão dentro da escola e não tem como fingir que não estamos vendo. Entendo que precisamos encarar de frente” (informação verbal)⁹. Considerando o excerto narrativo é possível dizer que as questões de gênero, sexualidade, diversidade, orientação sexual, etnia, raça, dentre outros temas, que compõem o arcabouço conceitual das teorias identitárias, inevitavelmente devem fazer parte do currículo, por afetarem de maneira direta as práticas pedagógicas. De acordo com Louro (1998), as práticas de currículo são inevitavelmente atravessadas pelas práticas de gênero e sexualidade, ainda que aja por parte dos/as docentes uma tentativa de silenciamento elas estão presentes nas brincadeiras, na seleção dos textos a serem trabalhados, nas atividades desenvolvidas, nas frases escritas nos cadernos, muros e paredes.

CONSIDERAÇÕES: “É IMPORTANTE QUE A DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE ESTEJA PRESENTE NA NOSSA FORMAÇÃO”

Com o intuito de tecer algumas considerações para esse estudo, que tem por objetivo refletir de que maneira práticas pedagógicas, na perspectiva da diversidade sexual e de gênero, interferem no processo de formação docente, penso que retomar o fragmento narrativo de Jitirana, ao afirmar que: “ter professores/as que evidenciem tais questões pressupõe dizer que estamos



construindo novos caminhos rumo a uma reparação histórica” (informação verbal)⁹, de certa maneira se constitua enquanto síntese dessa pesquisa.

As narrativas acabaram que suscitar que a escola na contemporaneidade traz em seu bojo questões inerentes aos processos identitários dos/as estudantes que pensávamos já terem sido superadas. Temas como diferença sexual e de gênero, em pleno século XXI, estão imbuídos de inquietações, constituindo-se enquanto conceitos que precisam ser problematizados, desencadeando o debate em torno de questões que foram historicamente “naturalizadas” e disseminadas como sendo a única forma de viver as subjetivações de gênero e sexualidade, a saber heteronormatividade compulsória.

Compreendo, portanto, que se faz necessário pensar a formação docente de maneira que assegure efetivamente a problematização de temas relacionados às questões de gênero, sexualidades, diversidades sexuais, étnicas, geracionais, dentre outras. Dessa maneira, saliento a necessidade da realização de reflexões sobre a presença de sexualidades não normativas no ambiente escolar como instrumento potencial para compreender a educação como produção da diferença, aqui entendida não como sinônimo de diversidade, como comumente é apresentado nos currículos escolares, mas pensar propostas pedagógicas e de currículo que respeite as diferenças.

A contemporaneidade se apresenta enquanto espaço-tempo propício a mudanças significativas a partir do rompimento de barreiras e fronteiras que classificam o que é normal e o que anormal. Nesse contexto, cabe à escola compreender esse momento de mudanças socioculturais enquanto momento favorável e fértil, no sentido de colocar em xeque certezas cristalizadas enquanto arcaísmo das práticas pedagógicas. Assim, pensar a formação docente na perspectiva das diferenças, através de um currículo que assegure práticas pedagógicas de inclusão, se apresenta enquanto desafio contemporâneo.

É sob esse prisma que tenho buscado pauta meu fazer docente na perspectiva da equidade de gênero. Travando debates incessantes, nos mais diferentes espaços da Campus Universitário onde trabalho, por meio de discussões teóricas, mas também evidenciando as

⁹ Entrevista concedida ao autor entre maio e julho de 2021, durante a coleta de dados.



inúmeras situações de silenciamento impostas às pessoas LGBTTQIA+. Considero importante evidenciar que um passo importante dessas ações é ter assegurado, na reformulação do curso de Licenciatura em Pedagogia, a obrigatoriedade de um componente curricular que verse sobre as questões relacionadas aos direitos humanos, diversidades e educação.

Ademais, é preciso ressaltar que pesquisar sobre gênero e diversidade sexual ainda se constitui enquanto desafio, se pensarmos por meio da concepção desestabilizadora provocada na sociedade, tanto por parte daqueles/as que colaboram com a pesquisa, quanto por parte daqueles/as que pesquisam as questões inerentes a essas temáticas, ao considerarmos o caráter transformador que um estudo com essa dimensão pode contribuir com a comunidade acadêmica e social e de maneira mais direta na vida de pessoas LGBTTQIA+.

REFERÊNCIAS

BÁRCENA ORBE, F. *El delirio de las palabras: ensayo para una poética del comienzo*. Barcelona: Heder Editorial, 2004.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 151-172.

BUTLER, J. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, n. 64, 249-274, jan./jun. 2014. ISSN 0104-8333.

CAETANO, M. R. V. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris Editora, 2016.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. (coords.). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: FBSP, 2021.

CLANDININ, D. J. CONELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.



COLLING, L. A emergência dos ativismos das dissidências sexuais e de gêneros no Brasil da atualidade. *Revista Sala Preta*, v. 18, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/125684/141503>. Acesso em: 21 set. 2021.

DELORY-MOMBERGER, C. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Ed. Veja, 2009.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GATTI, B. A. Educação, escola e formação de professores: políticas e impasses. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 50, p. 51-67, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar>. Acesso em: 9 set. 2021.

GEBARA, I. *O que é teologia feminista*. São Paulo, Brasiliense. 2007.

JUNQUEIRA, R. D. Pedagogia do armário: a normatividade em ação. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 21 set. 2021.

LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias das sexualidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

MALLMANN, M. I. *Os ganhos da década perdida: democracia e diplomacia regional na América Latina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 509-521, maio/ago. 2003.

RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F. “Então me classificavam como estranho”: entre narrativas na construção do estranho no corpo de professores gays. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 4, p. 539-557, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/6130>. Acesso em: 12 jun. 2021.



RIOS, P. P. S. A universidade em trans-formação: acesso e permanência de pessoas transexuais no Ensino Superior. In: RIOS, P. P. S. (org.) *Gênero e sexualidade na educação: reflexões acerca do fazer pedagógico*. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SEFFENER F. Sexualidade: isso é mesmo matéria escolar? *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 17, n. 2, p. 67-81, maio/ago. 2009. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/27750/pdf_55. Acesso em: 20 de jun. 2021.

SILVA, D. T. S. “A docência é a minha cachaça! É aqui onde me embriago...”: narrativas de vida, formação e atuação profissional do Professor Pedro Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Campus VII, Universidade do Estado da Bahia, Senhor do Bonfim, BA, 2019.

SOUZA, E. C. de. *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2006.

SOUZA, E. C. de. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política do sentido. *Educação*, Santa Maria, RS, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. Conselho Universitário. Resolução nº 1.339 de 28 de julho de 2018. Aprova o sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades; transexuais, travestis e transgênero, no âmbito da UNEB, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, BA, 07 jul. 2018. Disponível em: <https://portal.uneb.br>. Acesso em: 06 jul. 2021.

TEIXEIRA, F. *Os encontros intereclesiais de Cebis no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 2002.





SOBRE A AUTORIA

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS; Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA - Universidade do Estado da Bahia, Pós-Graduado em Gênero e Sexualidade na Educação pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Educação Ambiental - FACINTER; e Filosofia Contemporânea - Faculdade São Bento; Especialização em Educação de Jovens e Adultos, pela Universidade Cândido Mendes; Licenciado em Pedagogia - UNEB; Filosofia - FBB; Bacharel em Teologia Faculdade Católica do Ceará. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Sexualidades do Sertão - GENESES-Sertão; Membro do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento. Atualmente é professor substituto da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, lotado no Campus VII em Senhor do Bonfim. Professor Visitante na Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEFS. Tem experiência na área de: Educação. Gênero e Sexualidade, Currículo, Filosofia da Educação, Antropologia da Educação e Cultural, Educação de Jovens e Adultos, Educação Contextualizada e Estágio Curricular Supervisionado e Currículo.

Submissão: 23 de setembro de 2021
Avaliações concluídas: 11 de janeiro de 2021
Aprovação: 03 de junho de 2022

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

RIOS, Pedro Paulo Souza. Reflexões sobre prática docente na perspectiva da equidade e diversidade sexual e de gênero. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 22, n.2, p. 1-22, ago./dez., 2022. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>